

A GEOPOLÍTICA DO “DESENVOLVIMENTISMO”

William Nozaki

Resenha de:

FIORI, José Luís. História, Estratégia e Desenvolvimento. São Paulo: Boitempo, 2014.

O livro História, Estratégia e Desenvolvimento consagra praticamente duas décadas de reflexões críticas sobre as transformações nas relações entre poder e dinheiro, Estados e moedas, no capitalismo contemporâneo.

Em diálogo com as teorias do imperialismo e com as teorias dos ciclos hegemônicos, José Luís Fiori apresenta o diagnóstico acerca do poder global e da economia mundial que alinhava a obra: o autor nos lembra que ao menos desde a década de 1970 as tentativas de se prever o fim do poder americano, encontrando nele o colapso do próprio capitalismo, tornaram-se frequentes.

Mas a interpretação desse processo passa por uma reconceituação da própria noção de poder, nesse sentido, o esforço teórico de José Luís Fiori merece atenção, pois traz novos elementos para a composição de uma teoria estrutural das dinâmicas conjunturais. Aqui, as clássicas relações entre Estado, capital e industrialização são substituídas por conexões entre guerra, moeda e mercantilização.

Para Fiori, a história do sistema interestatal capitalista pode ser compreendida em quatro etapas: o embrião do primeiro sistema europeu de guerras e trocas (1150-1350), o nascimento do sistema interestatal europeu (1450-1650), a formação do sistema interestatal capitalista, propriamente dito (1790-1914), além de um quarto momento, atual, em curso desde a década de 1970.

A eclosão de cada uma dessas etapas teria como causa a pressão competitiva entre os Estados, e como consequência o alargamento das fronteiras internas e externas, assim é que naquele primeiro momento as invasões mongóis e o expansionismo das Cruzadas resultaram na composição de unidades territoriais soberanas e competitivas; já no segundo momento, os conflitos intra-europeus entre Portugal e Espanha, e mais tarde entre Holanda, Inglaterra e França, desaguaram na colonização dos territórios americanos; enquanto no terceiro momento, a emergência de três grandes potências, EUA, Alemanha e Japão, resultou na incorporação dos continentes africano e asiático.

Por trás dessa lógica de sucessivas pressões e explosões situa-se o que o autor denomina de “associação indissolúvel e expansiva entre a necessidade da conquista e a necessidade do excedente”. Tal associação materializa-se num esquema *hobbesiano* em que as guerras estimulam a criação de impostos para financiá-las, as moedas surgem como forma de delimitar o horizonte territorial de captação de tributos, e, por fim, a circulação de uma unidade de valor padronizada acaba engendrando a troca e o comércio. Portanto, a anterioridade do poder sobre a riqueza é um dos princípios teóricos para se interpretar o capitalismo. Desse modo o império ou a vontade imperial, assim como a guerra e a preparação para a guerra, são os pré-requisitos para a existência dos Estados-nacionais, e a hierarquia entre eles é determinada pela capacidade de lastrear e firmar o valor de sua moeda privada e de seus títulos públicos.

Nesse arcabouço é logicamente impossível que algum Estado possa ou consiga estabilizar o sistema mundial, instável por natureza; além disso, a própria potência hegemônica, que deveria ser o elemento estabilizador, mais do que todos os outros precisa da guerra e da competição para seguir acumulando poder e riqueza, mais ainda: para se expandir, muitas vezes, ele precisa ir além e destruir as regras e instituições que ele próprio construiu.

A principal tese de Fiori, é que no nosso sistema interestatal capitalista ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra são elementos inerentes, por isso guerras e crises não indicam, necessariamente, finais ou colapsos dos Estados e economias envolvidas. Desse modo, as guerras e crises em curso desde a década de 1970 fazem parte de uma mudança estrutural de longo-prazo que aponta para um aumento da pressão competitiva mundial.

A partir desses pressupostos é que se pode iniciar uma releitura da nova geopolítica internacional, destacando a dinâmica dos subsistemas estatais e das hegemonias regionais a fim de ressaltar como a presença norte-americana é atuante, e pode ser decisiva, em cada um dos tabuleiros da conjuntura internacional.

Para Fiori, a projeção internacional do poder americano é um fenômeno que começa pouco depois da independência desse país e se prolonga de forma contínua pelos séculos XIX e XX, entretanto, apenas no pós-guerra os EUA revelam sua estratégia hegemônica, convertida em estratégia imperial depois das crises da década de 1970. Além disso, os atentados de 11 de setembro de 2001 parecem desnudar o fato de que as disputas, típicas da Guerra Fria, entre as grandes potências não teve fim, nem após a queda do muro de Berlim tampouco após a desintegração da URSS. Vale lembrar, em 1989, o governo de George Bush (pai) é quem

formula e anuncia pela primeira vez a doutrina estratégica norte-americana para o século XXI de “contenção preventiva universal”, contra qualquer tipo de concorrente que pudesse reproduzir a ameaça soviética ao poder americano; em 2001, o governo de George Bush (filho) converte aquele projeto em uma postura bélica explícita, assim sendo, as intervenções no Iraque, Afeganistão e a Guerra contra o Terror parecem sinalizar não a crise do poder norte-americano, mas a existência de contradições em uma tentativa expansiva. E, lembra o autor, apesar de seus revezes militares e de suas dificuldades econômicas os EUA seguem como o único *player* global, presente em todas as disputas decisivas ao redor do mundo.

Para José Luís Fiori, na geopolítica das nações deste início de século XXI, o Oriente Médio ocupa posição central dada a efervescente combinação entre disputas territoriais, conflitos religiosos e abundância de recursos energéticos. Desse modo, o fortalecimento do Irã e o radicalismo de Israel tendem a desencadear a hostilidade regional, com ressonância sobre países como EUA, China e Rússia cujo interesse no petróleo e no gás da região é crescente e estratégico. Mais ainda, uma aproximação entre o Oriente Médio e a Ásia Central envolveria todos os poderes que, de alguma maneira, estão envolvidos na disputa pela hegemonia eurásiana. A Europa, por sua vez, repousa sob um dilema, a utopia pacifista e internacionalista da União Européia e a realidade pragmática e nacionalista de seus três principais sócios: França, Grã-Bretanha e Alemanha. Enquanto os franceses seguem desmontando as conquistas políticas e históricas do velho continente, os britânicos caminham rendendo graças ao americanismo do novo continente, ambos temem o fortalecimento dos alemães que já se apresentam no comando da política macroeconômica da região e são fortes candidatos a comandar, também, a política externa do continente, por intermédio de uma aproximação com a Rússia.

Aliás, um desafio e uma incógnita é desvendar o papel ocupado pela Rússia nesse novo cenário. A fragmentação imposta ao território russo após o fim da União Soviética, o apoio sistemático dado pelos EUA e pela União Européia à autonomia dos países da antiga zona de influência soviética, assim como a tentativa norte-americana de expandir sua fronteira bélica pelo Leste Europeu, não podem ser encarados como um avanço sobre uma área derrotada, aliada ou neutra. A reconstrução do Estado e da economia russas através do investimento no seu complexo industrial-militar e por meio da nacionalização de seus recursos energéticos não pode passar despercebida.

No que se refere a Ásia, além de a região ter se transformado em um dos pólos fundamentais da acumulação capitalista e do desenvolvimento da economia mundial, uma disputa pela hegemonia regional envolve potências como Japão, China e Coréia. Enquanto a China patrocina uma aproximação estratégica com a Rússia, o Japão conta com o apoio permanente dos EUA. A situação torna-se mais complexa quando levamos em consideração a Índia, dado que o crescimento intenso desse país e da China os colocam frente a frente na competição, cada vez mais intensa, por recursos energéticos e alimentos.

A África, por seu turno, que seguiu à margem da globalização comercial e financeira nas últimas décadas, agora se apresenta como principal fronteira para a acumulação primitiva e para a expansão política e econômica do capitalismo asiático. Atualmente existem, principalmente, na África Negra uma centena de companhias chinesas e de projetos de investimento indianos, para não mencionarmos diversos outros países que buscam consolidar sua segurança energética a partir do território africano. Tudo indica que a África está se transformando em uma região privilegiada para uma nova corrida imperialista.

Por fim, na América do Sul, a emergência de forças políticas nacionalistas, desenvolvimentistas e até mesmo socialistas foi possibilitada pelo ciclo de crescimento da economia mundial, e, sobretudo, pelo peso decisivo da demanda e da pressão asiática. Em particular a China tem sido grande importadora de minérios, energia e grãos, estimulando o aumento no preço das commodities, fortalecendo a formação de reservas em moeda forte e a capacidade fiscal dos Estados, o que tem diminuído a fragilidade externa e melhorado a capacidade de negociação internacional desses países. Nossa conjuntura turbulenta e incerta, entretanto, pode questionar algumas das conclusões do livro, o que não invalida o esforço conceitual de organizar a síntese de algumas linhas mestras para uma geopolítica e uma geoeconomia de viés mais “desenvolvimentista”.